



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Carlos Batinga

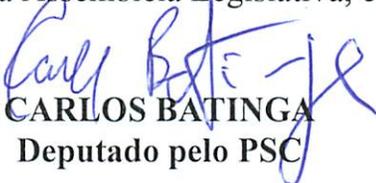


REQUERIMENTO Nº 5.988/2014
(Do Deputado Carlos Batinga - PSC)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba:

REQUEIRO a V. Exa., nos termos do art. 95, inciso III, do Regimento Interno da Casa que seja encaminhado **REQUERIMENTO** desta Assembleia Legislativa ao **GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, **PARA QUE SEJA CRIADO UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO ESTADO DA PARAÍBA.**

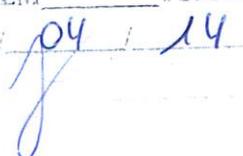
Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, em 11/03/2014.


CARLOS BATINGA
Deputado pelo PSC

JUSTIFICATIVA

A exemplo do que ocorreu recentemente (3 de janeiro de 2014) no Estado de São Paulo, onde foi criado a través de um Decreto a primeira delegacia de polícia e especializada no atendimento de pessoas com deficiência do país, REQUEREMOS ao Excelentíssimo Governador do estado da Paraíba a criação e instalação de uma delegacia especializada no atendimento a pessoas com deficiência em solo paraibano.

Além de prevenir e reprimir crimes contra essa população, a unidade funcionará como um centro para recebimento, compilação e difusão de dados e denúncias sobre atos de violência contra pessoas com deficiência, contando com uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos e intérpretes de libras, além de policiais capacitados para a atividade. O objetivo será aperfeiçoar o atendimento, capacitar a própria polícia para ter uma abordagem melhor desses casos e também estimular a ampliação das notificações de casos.

APROVADO EM _____ TURNO _____
01 / 04 / 14


Atualmente, existe um distanciamento natural das pessoas portadoras de deficiência que se sentem desestimuladas a ir a uma delegacia para fazer uma denúncia, e são vários os motivos.

Entre as razões para esse distanciamento, ele destaca as dificuldades físicas, agravadas pela falta de acessibilidade das delegacias; problemas de comunicação, a exemplo de pessoas surdas; e descrédito de denunciante com deficiência intelectual. Somado a isso, falta um olhar adequado, por parte do agente policial, para esse tipo de atendimento. Negligência e abandono são os casos mais comuns, seguidos por situações de violência psicológica e as agressões físicas. Existem ainda os conflitos por abuso econômico e sexual.

Recursos tecnológicos poderão estar disponíveis na unidade. Pessoas surdas poderão recorrer, por exemplo, aos intérpretes de libras para que não fiquem sujeitos à interpretação de um parente. Além desses recursos, destaca-se a presença de equipe multidisciplinar, tendo em vista que muitos casos requerem uma abordagem mais ampla, com viés social, e não apenas criminal. Nesse sentido, poderão ser feitos encaminhamentos para a área de assistência, que ajudem a pessoa com deficiência a se inserir na rede de proteção e, assim, assegurar direitos.

Pelos motivos expostos, requeiro que este REQUERIMENTO seja encaminhado ao **GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA**, **PARA QUE SEJA CRIADO UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO ESTADO DA PARAÍBA.**

n

